

PROCESSO Nº 033/2019.
EDITAL Nº 023/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019.
ABERTURA: Dia 17 de abril de 2019.
HORA: 14:00 horas.
TIPO: Menor Preço por Item.

LUIZ ANTONIO BURIN, Prefeito Municipal de Pinhal Grande-RS, no uso de suas atribuições legais, torna público que estará realizando o PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019, do tipo MENOR PREÇO. **A sessão pública será realizada no dia 17 de abril de 2019, com início às 14:00 horas**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande-RS, sito à Av. Integração, 2691. Será conduzido pelo Pregoeiro Municipal designado pela Portaria Municipal nº 054/2019, tudo em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2003, Decreto Municipal nº 1.309 de 04 de maio de 2007, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO:

Contratação de seguros, conforme anexo I deste edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento constantes neste Edital.

2.2. Para participação do certame, o licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deve apresentar a sua proposta de preços e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

AO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE – RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
LICITANTE:
Endereço Completo:

AO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE – RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019
ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO
LICITANTE:
Endereço Completo:

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente por meio de seu representante que devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma reconhecida, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também o nome do outorgado, contando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lances (s) em licitação pública; **ou**

b.2) termo de credenciamento, com firma reconhecida, (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

3.3.1. É obrigatória em qualquer caso a apresentação de documento de identidade.

3.4. Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.5. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do

credenciamento, **declaração, firmada por contador e pelo representante legal da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.6.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3 deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador e pelo representante legal da empresa, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

3.7. Os representantes indicados somente poderão representar uma empresa licitante, sob pena de optar por qual empresa irá representar, ficando a preterida sem representante na licitação, o que não impedirá a empresa sem representante de ser cadastrada, resultando na impossibilidade de oferta de lance na fase de disputa.

3.8. A falta ou incorreção dos documentos de credenciamento não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não cumprida a falta ou sanada a correção.

OBS: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e nº 02 – DOCUMENTOS.

4.2. **Uma vez iniciado o credenciamento,** não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

4.3. O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

4.4. Declarada abertura da sessão pelo pregoeiro, os representantes das licitantes apresentarão a “Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo III)”, e entregarão os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes, nem apresentação de novos documentos.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta deverá ser apresentada impressa por meio eletrônico em folhas sequencialmente rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa e deverá conter:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e o nome da pessoa indicada para contatos;

b) Preço líquido, indicado em moeda nacional, com Maximo duas casas depois da vírgula. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transportes ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

c) A proposta deverá, obrigatoriamente, descrever por completo o produto ofertado, indicando a marca e o modelo, referências e demais dados técnicos, sob pena de desclassificação do item, podendo ser incluído prospecto do veículo ofertado.

A proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17-07-2003;

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. O julgamento das propostas será efetuado por item, pelo preço unitário.

6.2. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

6.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

6.4. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

6.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda a ordem de classificação.

6.7. É vedada a oferta de lance com vistas ao empate.

6.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 – DAS PENALIDADES deste edital.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.10. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor, comparando-o com os valores consignados em planilha de custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com preço de mercado e oferta de menor preço unitário.

6.14. Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5 deste edital;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.20. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

6.21. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor licitações deste município, conforme subitem 13.1 deste edital.

6.22. Caso haja necessidade de aditamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, as licitantes presentes, neste mesmo ato.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE N° 02, os seguintes documentos, em vigor na data de abertura da Sessão Pública de Pregão:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ.

d) Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional e Previdência Social.

e) Certidão negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede do licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede do licitante;

g) Certificado de regularidade do FGTS perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

i) Declaração de que não está descumprindo o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme Decreto Federal nº 4.358 de 05/09/2003, assinada pelo representante legal da licitante, conforme Anexo IV.

j) Comprovação de Registro/Habilitação da seguradora para o exercício da atividade no ramo de seguro pertinente ao objeto da licitação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – SUSEP atualizada.

7.1.1. Os documentos apresentados na fase de “credenciamento”, solicitados neste item, serão dispensados de apresentação neste envelope, sendo considerados como já apresentados.

7.2. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilizar o envelope.

7.3. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 12, deste edital.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões do recurso apresentada, bem como o registro de todas as demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contra razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. As razões e contra razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

9.5. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.DO FORNECIMENTO:

10.1. A emissão da apólice de Seguro deverá ocorrer, em até 30 dias da assinatura do contrato, mas a cobertura dos veículos iniciará a partir da data de assinatura do contrato.

10.2. A Apólice, deverá retratar fielmente todas as condições apresentadas pela proponente na licitação.

10.3. Verificada a não conformidade dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

10.4. A nota fiscal, emitida pela licitante vencedora, deverá, obrigatoriamente, acompanhar o objeto entregue.

11.DA VIGÊNCIA:

11.1. A contratação terá vigência de doze meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até atingir 60 meses, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

11.2. Ocorrendo a prorrogação de prazo, os valores contratados serão reajustados, anualmente, considerando a variação do IGPM/FGV.

12.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO:

12.1. As despesas correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

Gabinete do Prefeito Municipal

Despesa: 46938

Secretaria Municipal de Administração

Despesa: 281

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Despesa: 324

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Despesa: 507

Secretaria Municipal da Saúde

Despesa: 47369

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Despesa: 688

3.3.3.90.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
0001 – Recursos Livre

12.2. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

12.2.1. O pagamento será efetuado, no prazo máximo de trinta dias da emissão das apólices dos seguros.

12.2.2. A nota de empenho é a formalização da transação comercial.

12.2.2. A nota fiscal deverá conter: a indicação do número do Processo e do Pregão para posterior liberação do pagamento.

13.DAS PENALIDADES:

13.1. A recusa pelo fornecedor em entregar o bem adjudicado acarretará a multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da proposta.

13.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,1 (zero vírgula um) por cento, por dia de atraso, limitado ao máximo de 3 % (três por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

13.3. O não cumprimento de obrigações acessórias, sujeitará o fornecedor à multa de 3 % (três por cento) sobre o valor total da obrigação.

13.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2003, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciada do Cadastro do Município, nos casos de :

- a) Ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) Apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) Comportamento inidôneo;
- f) Cometimento de fraude fiscal;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Falhar na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei 8.666/93.

13.6. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

13.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Pinhal Grande-RS, Setor de Licitações e Contratos, sito à Avenida Integração, 2691, ou pelo telefone 55-3278-1135, ou email: compras@pinhalgrande.rs.gov.br, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande.

14.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados.

14.4. Para dar agilidade aos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax e telefone.

14.5. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por funcionário público municipal ou publicação em órgão da imprensa oficial.

14.6. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município, dentro do limite permitido pelo artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

14.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.8. A administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

14.9. São anexos deste Edital:

14.9.1. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;

- 14.9.2. ANEXO II – Modelo de Credenciamento;
- 14.9.3. ANEXO III – Modelo de Declaração dando Ciência de que Cumpre Plenamente os Requisitos De Habilitação;
- 14.9.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração que não Emprega Menor.
- 14.9.5. ANEXO V – Minuta do contrato.
- 14.9.6. ANEXO IV – Apólices dos seguros contratados pelo município e vigentes.

14.10. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Julio de Castilhos, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Pinhal Grande-RS, 01 de abril de 2019.

Luiz Antonio Burin
Prefeito Municipal

Este Edital foi **examinado e aprovado**
atendendo a legislação pertinente, não
sendo peça de análise desta Procuradoria
os dados técnicos do objeto licitado.
Em, ____/____/____.

ANEXO I – PREGÃO N° 014/2019.
OBJETO

ITEM	SECRETARIA	VEÍCULO			PLACA	ANO/MODELO	RENAVAM	PASSAGEIROS	KM MÉDIA MENSAL
		MARCA	ESPECIE/TIPO	MODELO					
1	PREFEITO	CHEVROLET	ABERTA/CABINE DUPLA	S10	IZC6H34	2018/2019	1181621060	5	5000
2	SAUDE	RENAULT	PAS/AUTOMOVEL	MASTER TCA MIC	IYA2073	2017/2018	1126846357	16	3000
3	SAUDE	FIAT	PAS/AUTOMOVEL	SIENA ATTRACTIV 1.4	IXV0340	2017/2017	1116704568	5	1500
4	SAUDE	CHEVROLET	PAS/AUTOMOVEL	SPIN 1.8 L MT LTZ	IXK0565	2016/2016	1094779161	7	5000
5	SAUDE	FIAT	PAS/AUTOMOVEL	MOBI LIKE	IXZ3121	2017/2018	1124962899	5	5000
6	SAUDE	RENAULT	ESP/CAMINH/AMBUL	MASTER TCA AMB	IYW5486	2018/2019	1170674477	3. 5PBT	5000
7	SAUDE	RENAULT	ESP/CAMINH/AMBUL	CHAPECO MASTER AMB	IUL4855	2013/2014	545672635	3. 5PBT	1000
8	SAUDE	FIAT	PAS/AUTOMOVEL	SIENA ATTRACTIV 1.4	IYW7021	2018/2019	1170937800	5	5000
9	SAUDE	MARCOPOLO	PAS/ONIBUS	VOLARE W8 ON	ITO2264	2012/2012	487364929	29	2000
10	TUTELAR	CITROEN	PAS/AUTOMOVEL	AIRCROSS STARTMT	IYQ0403	2018/2019	1157901953	5	1500
11	EDUCAÇÃO	FIAT	PAS/AUTOMOVEL	SIENA ESSENCE 1.6	IWI6564	2014/2015	1038799365	5	4000
12	ADM	FIAT	PAS/AUTOMOVEL	SIENA ATTRACTIV 1.4	IXZ3072	2017/2018	1124963178	5	3000
13	OBRAS	VOLKSWAGEN	ESP/CAM/ABER/C.DUP	NOVA SAVEIRO RB MBVD	IYZ6E70	2018/2019	1176378527	5	2000

ITEM	BÔNUS CLASSE ATUAL	CARRO RESERVA 30 DIAS	COBERTURAS						FRANQUIA MÁXIMA (R\$)		VALOR PARA 12 MESES R\$
			CASCO	RCFV (R\$)			APP (R\$)		PERDA PARCIAL	VIDROS/ LANTERNAS/ FARÓIS/ RETROVISORES	
			COLISÃO/ INCENDIO/ ROUBO/ FURTO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	MORTE	INVALIDEZ			
1	NÃO	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	2.500,00	350,00	
2	NÃO	NÃO	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	3.000,00	350,00	
3	1	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
4	2	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
5	NÃO	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
6	NÃO	NÃO	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	5.000,00	350,00	
7	NÃO	NÃO	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	5.000,00	350,00	
8	NÃO	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
9	NÃO	NÃO	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	8.000,00	350,00	
10	NÃO	NÃO	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
11	NÃO	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
12	NÃO	SIM	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	
13	NÃO	NÃO	100%TABELA FIPE	100.000,00	100.000,00	20.000,00	50.000,00	50.000,00	1.500,00	120,00	

CONDIÇÕES GERAIS:

- A) Período do Seguro: 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses.
- B) Assistência 24 horas, no mínimo, com Reboque em caso de acidente (300 Km) e Reboque/Auxílio em caso de pane mecânica (300 km) e taxi para passageiros (300km).
- C) Em caso de sinistro os veículos deverão ser removidos para uma concessionária da marca.
- D) Não possuímos programa de direção defensiva
- E) Motoristas não terão participação financeira em caso de sinistro
- F) Uso dos veículos predominantemente diurno
- G) Em viagem os veículos pernoitam em estacionamento pago fechado com vigia
- H) No município os veículos permanecem em garagem fechada durante a noite com vigilância noturna
- I) Nenhum veículo possui rastreador
- J) Máxima franquia corresponde ao valor máximo de participação do município
- k) Carro reserva: 30 dias, com ar condicionado. Veículo tipo passeio podendo ser carro popular
- l) Cobertura Vidros: Para o item 09 a cobertura será vidros laterais, Para-Brisa e traseiros (somente vidros).
Para os demais itens: Vidros, faróis, lanternas e retrovisores.
- M) Os itens 03 e 04 possuem seguro vigente, respectivamente até, 26/05/2019 e 31/08/2019,
os quais serão cancelados na data de assinatura do contrato, passando a vigorar com o mesmo vencimento dos demais.

ANEXO II – PREGÃO Nº 014/2019.

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada, na modalidade de Pregão, sob o nº 014/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa

(firma reconhecida)

ANEXO III – PREGÃO Nº 014/2019.

MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

Declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação neste processo licitatório, modalidade pregão presencial nº 014/2019.

Local e data.

Assinatura e carimbo do representante legal

ANEXO IV

A empresa (*Razão Social da Licitante*), CNPJ (*número*), sediada na Rua _____, nº _____, _____ (*Bairro/Cidade*), através de seu Diretor ou Representante Legal, (*Nome/Cl*), DECLARA, sob as penas da Lei, que de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Inc.XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2019.

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]
Dados da Declarante
Razão Social

Anexo V

Minuta de contrato para prestação de serviços de seguros de automóveis Nº ____/2019.

Contrato de prestação de serviços que celebram, de um lado o Município de Pinhal Grande-RS, CNPJ nº 94.444.346/0001-22, com sede na Av. Integração, 2691, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luiz Antonio Burin, inscrito no CPF nº 500.215.910-91, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado, sediada no município de, CNPJ nº, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente para de conformidade com o **Pregão Presencial Nº 014/2019, Processo nº 033/2019, Edital nº 023/2019** e Lei Federal nº 8.666/93, e 10.520/2003 pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

- Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de seguros dos veículos da frota municipal conforme itens: (Relacionar os itens vencidos pela empresa).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

- O pagamento será efetuado, no prazo máximo de trinta dias da emissão das apólices dos seguros.
- A nota de empenho é a formalização da transação comercial.
- A nota fiscal deverá conter: a indicação do número do Processo e do Pregão para posterior liberação do pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

Este contrato terá vigência de doze meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até atingir 60 meses, a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS:

O valor da prestação dos serviços será reajustado, após um ano de vigência deste contrato, pela variação positiva do índice do IGP-M/FGV.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O presente contrato poderá sofrer alterações, acréscimos ou supressões quanto ao objeto, na forma estabelecida no § 1º, do artigo 65, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DA APÓLICE CONTRATUAL

A contratante poderá considerar rescindida a apólice, se a Contratada:

- Negar a indenizar ao Contratante, em caso de sinistro, dentro das condições contratuais de qualquer importância segurada;
- Subcontratar, total ou parcialmente o objeto de seguro;

- Dissolver a sociedade, alterar o contrato social ou modificar a finalidade ou a estrutura da empresa, de tal forma que a juízo do Contratante, prejudique a execução do contrato;
- Tiver declarada sua liquidação pela SUSEP;
- Será rescindido ainda este compromisso, de pleno direito, sem prejuízo de outras penalidades que o caso couber, se a contratada infringir qualquer cláusula ou condição deste contrato, não satisfazendo as exigências do Contratante quanto a qualidade e/ou rendimento dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta do seguinte recurso financeiro:

Gabinete do Prefeito Municipal

Despesa: 46938

Secretaria Municipal de Administração

Despesa: 281

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Despesa: 324

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Despesa: 507

Secretaria Municipal da Saúde

Despesa: 47369

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Despesa: 688

3.3.3.90.39.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
0001 – Recursos Livre

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Emitir a apólice de Seguro, em até 30 dias em que for assinado o contrato, mas sendo feita a cobertura dos veículos a partir da assinatura do contrato;
- Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pelo Contratante, ficando responsável, ainda, pela qualidade e presteza no atendimento, inclusive do ponto de vista técnico;
- A Apólice, deverá retratar fielmente todas as condições apresentadas pela proponente na licitação;
- O início da cobertura do risco constará a partir da assinatura do contrato;
- Manter durante toda a vigência da apólice as condições de habilitação exigidas na licitação;
- Atender prontamente os chamados do Contratante no prazo de 24 horas para todo o território nacional;
- Adotar as providências necessárias ao pagamento das indenizações devidas, imediatamente após a regularização dos sinistros;
- Executar os serviços decorrentes de danos materiais em oficinas autorizadas pelo fabricante.
- Em caso de perda total, o bem deverá ser restituído em pecúnia.
- Prestar serviço de socorro (reboque-guincho), em qualquer localidade dentro do território nacional, com km livre;
- Cobertura para os vidros, nas condições propostas;
- Cumprir rigorosamente a legislação específica aplicável à prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como as exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária e de seguros;

- Assumir, relativamente a seus empregados e prepostos, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, inclusive em caso de acidente de trabalho, ainda que verificados nas dependências da Contratante, os quais com esta não terão qualquer vínculo empregatício.
- Executar os serviços conforme especificações deste edital e em consonância com a proposta de preços.
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.
- Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.
- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento, conforme a Cláusula Segunda do presente contrato;
- Fornecer todos os documentos e/ou esclarecimentos, bem como garantir as condições necessárias à plena cobertura dos seguros, objeto desta licitação;
- Comunicar a ocorrência de sinistros, se houver, no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas.
- Comunicar imediatamente à Contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato;

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS:

Se o CONTRATADO, sem justa causa não cumprir as exigências constantes na Nota de empenho e/ou consignadas na sua proposta, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a juízo da Secretaria Municipal de Administração, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber Nota de Empenho, salvo decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, quando a inexecução contratual sobrevier prejuízos a administração;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO:

- a) O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes.
- b) Poderá também ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, se o CONTRATADO não cumprir as condições e obrigações expressas neste ato, ou ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no 79, inciso I da Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e demais legislação em vigor;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO BEM CONTRATADO:

A supervisão da execução deste contrato, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, que receberá o bem através do secretário da pasta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Julio de Castilhos-RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem as partes ajustadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Pinhal Grande-RS, ... de de 2019.

Luiz Antonio Burin
Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas: